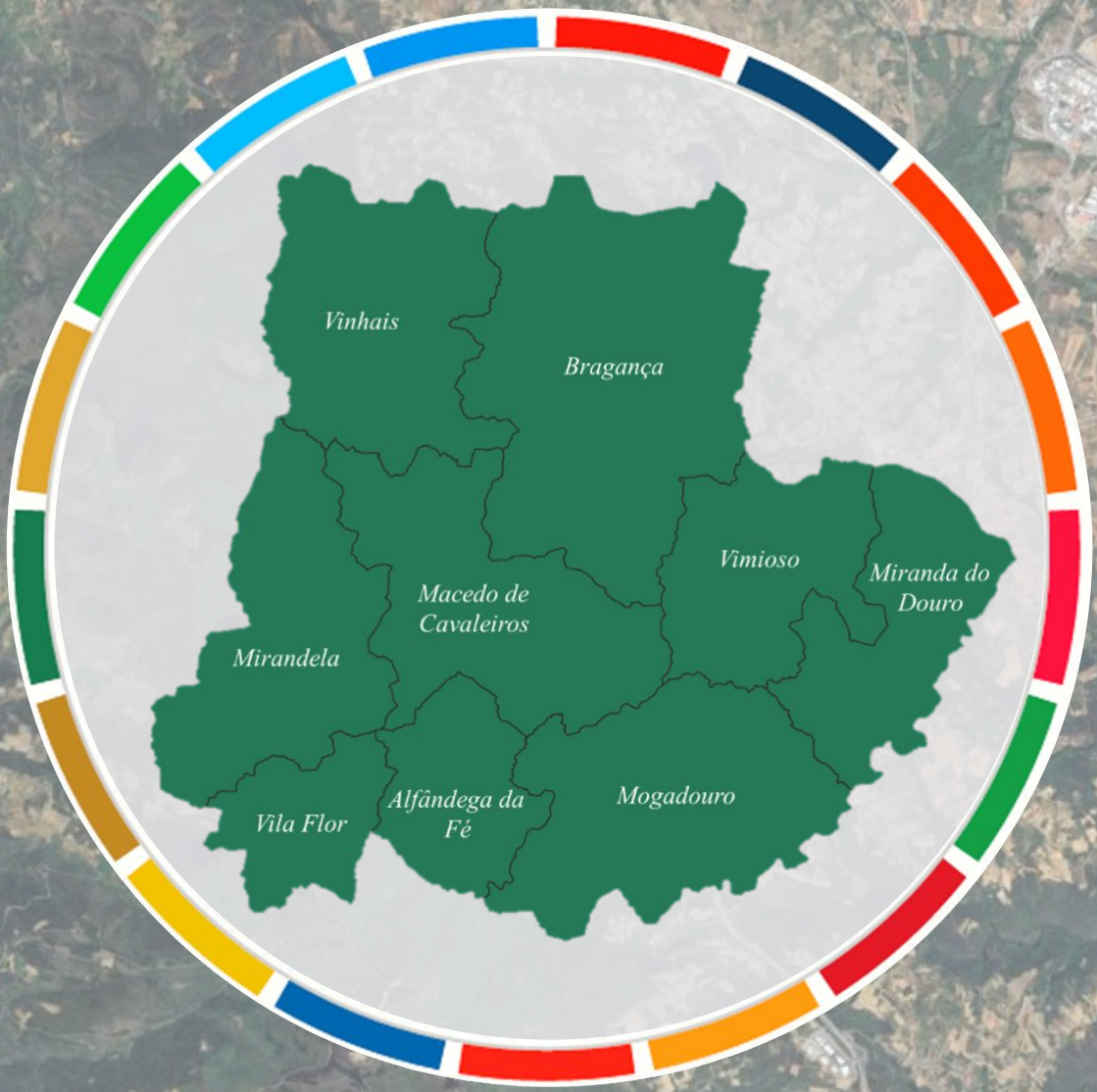
Sessão Prospetiva das Terras de Trás-os-Montes

Sumário Executivo



local | Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ipb Instituto Politécnico de Bragança

Bragança Município

CIM-TTM Terras de Trás-os-Montes Comunidade Intermunicipal

Mecenas: BPI | Fundação "la Caixa"

Parceiros ODSlocal: CNADS | ICS Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa | MARE NOVA School of Science & Technology | 2adapt

Introdução

Com o mote ***"Pensar o Futuro, Agir no Presente em Contextos Transfronteiriços"***, as Sessões Prospetivas da **ODSlocal - Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** têm como objetivo principal aumentar a capacidade de reflexão estratégica de acordo com um padrão de desenvolvimento sustentável e inovador, capaz de resgatar equilíbrios locais, estimulando sinergias e aptidões replicáveis noutros municípios e regiões com características semelhantes. Este ciclo de sessões incide nas sub-regiões geográficas abrangidas pelo Programa PROMOVE, desenvolvido pela Fundação "la Caixa" em parceria com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

A Sessão Prospetiva das Terras de Trás-os-Montes

No dia 1 de julho de 2026 decorreu, no Instituto Politécnico de Bragança, com a colaboração da Câmara Municipal de Bragança e da CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, a oitava Sessão Prospetiva da Plataforma ODSlocal, abrangendo nove municípios: Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais.

A sessão contou com a participação de diversos atores da sub-região, incluindo representantes de municípios e entidades com intervenção neste território. Para além de uma primeira parte expositiva, constituiu-se um fórum de discussão com mesas de debate e reflexão, com a participação de diversos representantes e membros do poder político e executivo (nacional, regional, sub-regional e local), instituições educativas, representantes de empresas e diversas organizações da sociedade civil (associações, ONG, IPSS).

A primeira parte (manhã) contou com três painéis:

O ***Painel de Abertura***, sob uma perspetiva introdutória, iniciou a sessão com intervenções de *Orlando Rodrigues* (Presidente do Instituto Politécnico de Bragança), *Isabel Ferreira* (Presidente da Câmara Municipal de Bragança), *Pedro Lima* (Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM das Terras de Trás-os-Montes e Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor) e *João Ferrão* (Coordenador da Plataforma ODSlocal).

O ***Painel I – Desafios e Oportunidades nas Terras de Trás-os-Montes*** foi dedicado à exposição do diagnóstico ODSlocal da sub-região, apresentado por *Luísa Schmidt* (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), destacando sobretudo as dimensões sociais e ambientais.

O ***Painel II – Pensar o Futuro, agir no Presente***, dedicado a uma reflexão sobre as perspetivas futuras, caminhos e orientações estratégicas para a sub-região, assinalando as suas forças, desafios e oportunidades, contou com a participação de quatro oradores convidados: *Orlando Rodrigues* (Presidente do Instituto Politécnico de Bragança), *Sandra Sarmento* (Diretora Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Norte - ICNF), *José Pereira* (Presidente da Associação Palombar – Conservação da Natureza e do Património Rural) e *Nuno Ribeiro* (Diretor da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança).

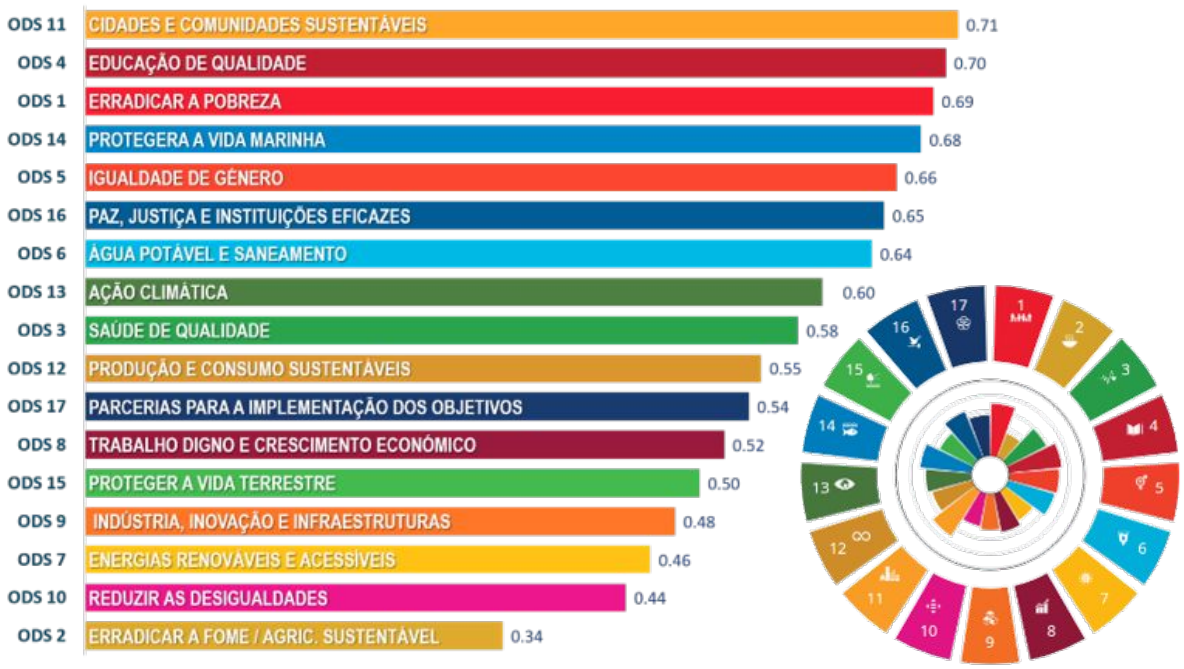
A **segunda parte (tarde)** foi dedicada à realização de um *workshop* participativo – ***Fóruns de Discussão sobre as Terras de Trás-os-Montes*** – onde os representantes das diversas entidades integraram mesas de debate e reflexão. Num ambiente de diálogo, foram discutidas ideias, apontando caminhos no âmbito da Agenda 2030 e fortalecendo a capacidade de resposta aos atuais e futuros desafios da sub-região.

Diagnóstico ODSlocal das Terras de Trás-os-Montes

A avaliação de desempenho dos municípios em relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) está dependente quer do conjunto de indicadores integrados na **Plataforma ODSlocal** associados a cada ODS, quer da medição da distância verificada entre os valores-base dos indicadores (de 2015) e os respetivos valores-meta estipulados para 2030. Estes valores são expressos em percentagem, indicando o progresso atual dos municípios perante o horizonte de 2030.

***Figura 1** – Desempenho médio dos municípios das Terras de Trás-os-Montes, por ODS*

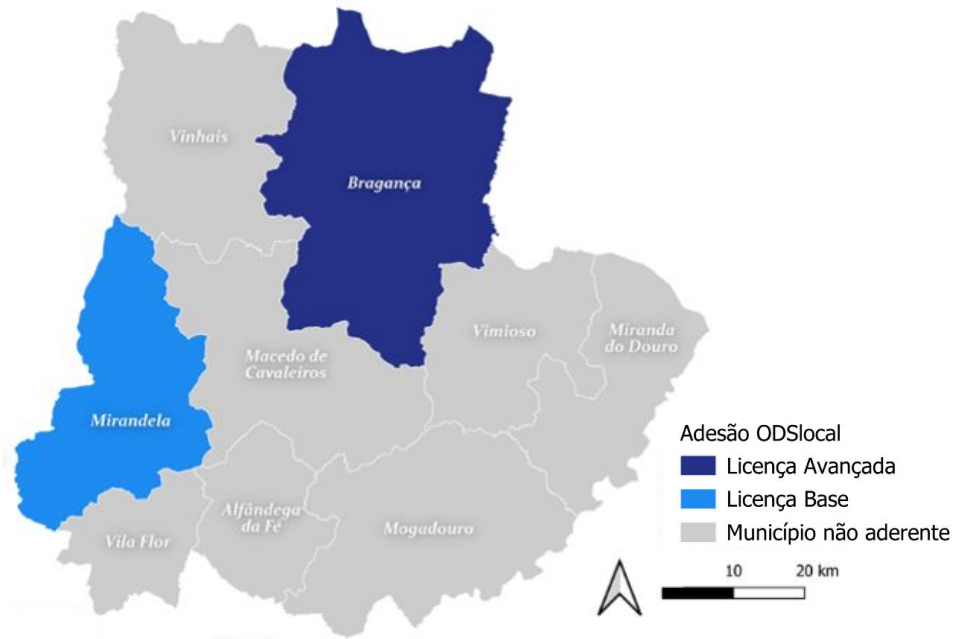
(1º semestre de 2026)



O desempenho médio dos municípios da sub-região das Terras de Trás-os-Montes é de 57% (primeiro semestre de 2026), indicando um percurso que importa acelerar para assegurar o cumprimento da Agenda 2030. Discriminando o desempenho por cada um dos 17 ODS (***Figura 1***), salientam-se, com melhores resultados, o **ODS 11** – *Cidades e Comunidades Sustentáveis* (71%), o **ODS 4** – *Educação de Qualidade* (70%) e o **ODS 1** – *Erradicar a Pobreza* (69%).

No que diz respeito à adesão à Plataforma ODSlocal (***Figura 2***), entre os 9 municípios que integram a sub-região das Terras de Trás-os-Montes, Mirandela enquadra-se na modalidade de Licença Base, enquanto Bragança distingue-se como um município com Licença Avançada. Neste sentido, apesar de a totalidade dos municípios serem abrangidos pela análise de indicadores ODSlocal, atualmente apenas Bragança usufrui dos serviços e das ferramentas disponibilizadas pela Plataforma.

***Figura 2** – Adesão à Plataforma ODSlocal nas Terras de Trás-os-Montes (2026)*



Para além da monitorização contínua de Indicadores de Referência municipais, abrangendo a totalidade do território nacional (continente e ilhas), a Plataforma ODSlocal contempla ainda o registo georreferenciado de iniciativas que contribuem para a implementação da Agenda 2030: Projetos locais e Boas Práticas Municipais.

Promotores: Câmaras Municipais

Mapeamento: Técnicos Municipais registados no Portal ODSlocal

Âmbito Geográfico: Localização específica ou abrangendo todo o município

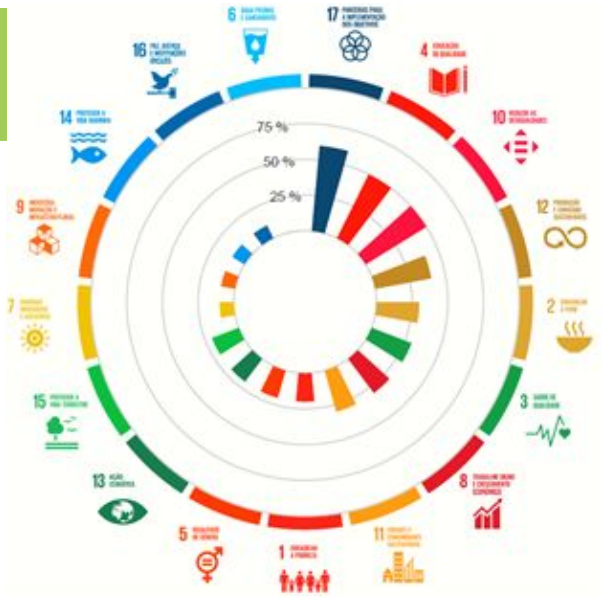
Promotores: Entidades coletivas exceto municípios

Mapeamento: Formulário aberto, mediante cumprimento de requisitos

Âmbito Geográfico: Localização exata e georreferenciável

Até à data da recolha de informação, junho de 2026, encontravam-se mapeadas no portal, 10 Boas Práticas Municipais e 9 Projetos locais na sub-região das Terras de Trás-os-Montes. Atualmente, no início de setembro de 2026, o número de Boas Práticas mantinha-se inalterado, enquanto o número de Projetos Locais tinha aumentado para 15.

Figura 3 *– Contributo das Boas Práticas municipais para os ODS nas Terras de Trás-os-Montes (junho de 2026)*



Avaliando o contributo das iniciativas mapeadas para os ODS nos municípios das Terras de Trás-os-Montes, verifica-se que os ODS mais beneficiados pelo conjunto de **Boas Práticas** municipais são os **ODS 17** – *Parcerias para a Implementação dos Objetivos*, **ODS 4** – *Educação de Qualidade*, **ODS 10** – *Reduzir as Desigualdades* e **ODS 12** – *Produção e Consumo Sustentáveis* (***Figura 3***).

Figura 4 *– Contributo dos Projetos locais para os ODS nas Terras de Trás-os-Montes (junho de 2026)*

Quanto aos **Projetos** locais registados, os cinco ODS mais beneficiados são os **ODS 6** – *Educação de Qualidade*, **ODS 1** – *Erradicar a Pobreza*, **ODS 3** – *Saúde de Qualidade*, **ODS 10** – *Reduzir as Desigualdades* e **ODS 11** – *Cidades e Comunidades Sustentáveis* (***Figura 4***).

Painéis de Peritos

Na reflexão conjunta promovida no ***Painel II – Pensar o Futuro, agir no Presente***, os oradores convidados marcaram a manhã com reflexões e contributos importantes para a Sessão Prospetiva das Terras de Trás-os-Montes.

Orlando Rodrigues, presidente do Instituto Politécnico de Bragança (IPB), iniciou a sua intervenção destacando a **elevada diversidade ecológica e paisagística das Terras de Trás-os-Montes**, referindo que, em pleno século XXI, continuam a ser descobertas novas espécies de plantas por investigadores do IPB. Neste âmbito, defende "***políticas adaptadas e desenhadas à medida destes territórios, de forma a preservar os respetivos serviços e valores ambientais***".

O orador considera que as Terras de Trás-os-Montes reúnem todas as condições para desenvolver uma **economia baseada no conhecimento**, assente num modelo dinâmico e resiliente que conjuga educação, ciência e tecnologia, *"orientado para aquilo de que a região realmente precisa*". Neste âmbito, sublinhou o contributo do Instituto Politécnico de Bragança *"na gestão e no* ***desenvolvimento dos ecossistemas regionais de inovação"***, incluindo o trabalho desenvolvido na qualificação de pessoas, colaboração com as empresas, digitalização de processos, modernização industrial e introdução de novas tecnologias. Neste contexto, salientou ainda a "*importância da* ***investigação e conhecimento científico produzido localmente e centrado nos recursos da região***" que contribuem para a valorização do património natural e para a qualidade dos produtos endógenos – referindo, como exemplo, o contributo da comunidade científica para o combate às doenças na cultura do castanheiro, uma das principais produções e exportações agrícolas desta sub-região.

Seguiu-se ***Sandra Sarmento***, diretora regional da Conservação da Natureza e Florestas do Norte, do ICNF, tendo começado por salientar a relevância do **novo modelo de cogestão das áreas protegidas de âmbito nacional**, que abrange duas áreas nesta sub-região: Parque Natural de Montesinho e Parque Natural do Douro Internacional. Na sua opinião, para a região que coordena, este modelo introduziu "*uma nova dinâmica*" de gestão, integrando novos atores no processo de governação, a começar pelos municípios que presidem às comissões de cogestão, mas também instituições de ensino superior, como o IPB, as CCDR, organizações não-governamentais de ambiente (ONGA), associações de desenvolvimento local, entre outras entidades, sendo **a colaboração entre todos considerada "*uma verdadeira mais-valia*"**. A proximidade ao território constitui uma das principais vantagens apontadas a este modelo, que **mobiliza conhecimento (técnico e científico) e favorece a construção de soluções ajustadas aos problemas locais**, "*promovendo uma abordagem mais integrada e participada, sobretudo num contexto em que os recursos humanos são limitados e em que ouvir, construir em conjunto e integrar todos os saberes se torna indispensável*".

Por outro lado, a oradora sublinhou a dimensão transfronteiriça da conservação da natureza, sublinhando **o potencial ainda subaproveitado da Reserva da Biosfera Meseta Ibérica**. Apesar de referir que muitos habitantes desconhecem que todo o território das Terras de Trás-os-Montes integra esta reserva, ela é apresentada como **um ativo estratégico "*absolutamente extraordinário*", pela sua dimensão, continuidade territorial e carácter transfronteiriço**, constituindo uma excelente oportunidade que deve ser aproveitada para

reforçar a cooperação entre Portugal e Espanha. Contudo, Sandra Sarmento salientou que **a cooperação transfronteiriça continua condicionada** pelas diferenças entre os modelos de governação dos dois países, dependendo ainda frequentemente de projetos pontuais e das relações pessoais estabelecidas entre técnicos e responsáveis institucionais. Por isso, defende a **criação de mecanismos institucionais permanentes que garantam uma articulação contínua e eficaz**, não apenas nas questões ambientais, mas em **diversos domínios da ação pública**. A consolidação dessa cooperação surge, assim, como um passo fundamental para potenciar a gestão integrada de um território que partilha desafios ecológicos e oportunidades comuns.

José Pereira, presidente da Associação Palombar – Conservação da Natureza e do Património Rural, iniciou a sua intervenção realçando as carências que considera mais urgentes nas Terras de Trás-os-Montes: a **necessidade de capacitação técnica das diferentes instituições** e a "*falta de massa crítica*" associada ao **despovoamento e ao envelhecimento da população**. Sublinhou, em particular, que este território necessita de atrair e fixar jovens, "particularmente entre os 20 e os 40 anos", com capacidade crítica, espírito empreendedor e vontade de experimentar novos modelos de desenvolvimento, olhando para o território com uma perspetiva renovada. Segundo o orador, o caminho passa por "***valorizar aquilo que diferencia este território***": a sua qualidade ecológica e ambiental, os sistemas tradicionais de produção e a capacidade de criar produtos de elevada qualidade destinados a nichos de mercado que os valorizam, cuja procura tem vindo a crescer. Para tal, é necessário **potenciar e articular as forças deste território** que oferece oportunidades **para desenvolver projetos diferentes daqueles que se encontram nos grandes centros urbanos**: "*É importante transmitir essa mensagem a quem vive fora da região. Há ainda muito espaço para inovar, criar novas iniciativas e experimentar modelos de desenvolvimento adaptados às características destes territórios*".

De acordo com José Pereira, é fundamental **criar redes, fortalecer parcerias e fomentar a participação de todos**. Neste âmbito, sublinhou o **papel das organizações da sociedade civil** e, em particular, das ONGA, que têm vindo a reforçar as suas equipas técnicas e a sua capacidade estratégica para atuar nos territórios onde estão implantadas: "*Temos uma proximidade, disponibilidade e flexibilidade que nos permite desenvolver um trabalho diferente do realizado pelos municípios ou pelas instituições de ensino superior, funcionando muitas vezes como uma ponte entre todos estes setores*." Neste sentido, por estarem profundamente enraizadas nesses territórios, **as ONGA podem dar contributos muito relevantes para o desenho das políticas públicas, e sobretudo para a sua implementação e articulação com os agentes locais**.

Por fim, ***Nuno Ribeiro***, diretor da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança, centrou a sua intervenção na **necessidade de reconhecer e valorizar economicamente o valor ambiental de Trás-os-Montes**. Considera que um dos maiores obstáculos é a centralidade assumida pelo indicador económico do Produto Interno Bruto (PIB, referente ao valor económico gerado pelas atividades de mercado), onde o valor de áreas protegidas, como o Parque Natural de Montesinho, não encontra uma tradução direta. Deste modo, ao não ser mensurado o valor da biodiversidade, dos recursos endógenos ou da qualidade ambiental nos indicadores-chave que guiam as políticas e o financiamento nacional, estes **ativos regionais *"fundamentais para todo o país"* tendem a ser desconsiderados, ao invés de reconhecidos ou valorizados**. Este lapso contribui diretamente para a desigualdade entre regiões, afetando as Terras de Trás-os-Montes, bem como outras regiões do interior do país. Neste sentido, defende que é imperativo desenvolver **indicadores ambientais que complementem os indicadores económicos tradicionais,** passando a ser considerados, por exemplo, na atribuição de financiamento público e na avaliação de projetos apoiados por fundos comunitários, contribuindo para reforçar o reconhecimento e a atratividade da região. Neste âmbito, Nuno Ribeiro sublinha a disponibilidade do Instituto Politécnico de Bragança para a demonstração do contributo ambiental das regiões do Interior e identificação de mecanismos que permitam reconhecer e compensar economicamente esse contributo.

A agricultura e os **produtos endógenos de enorme qualidade** – como a castanha, o azeite e o vinho – são também ativos que importa **valorizar, reforçando o trabalho em rede através das associações de produtores**. Para Nuno Ribeiro, este caminho deverá "*tirar partido de todo este potencial, que inclui o valor ambiental, o turismo, a agricultura, a inovação e o conhecimento*." No entanto, adverte o orador, deverá **evitar-se a massificação turística**, pois poderá colocar em risco os ecossistemas e os valores que se pretende preservar.

Fóruns de Discussão

Numa reflexão conjunta sobre o presente e o futuro das Terras de Trás-os-Montes, os participantes, que representaram diversas entidades da sub-região, **identificaram problemas e procuraram definir caminhos para um desenvolvimento mais sustentável**, mobilizando as suas experiências e conhecimentos, bem como a informação exposta nos painéis de peritos.

Nesta troca de impressões e opiniões, os moderadores das mesas, mediante um guião temático pré-estabelecido, mas flexível, convidaram os participantes a posicionaram-se em diagramas temáticos que resultaram na representação gráfica do conjunto de respostas. Com base nesses diagramas, apresentamos uma análise sintética dos resultados relativos a temas como o **despovoamento**, os **impactos das alterações climáticas**, a **priorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** e uma **análise SWOT da sub-região das Terras de Trás-os-Montes.**

Temas abordados nas mesas de debate e reflexão

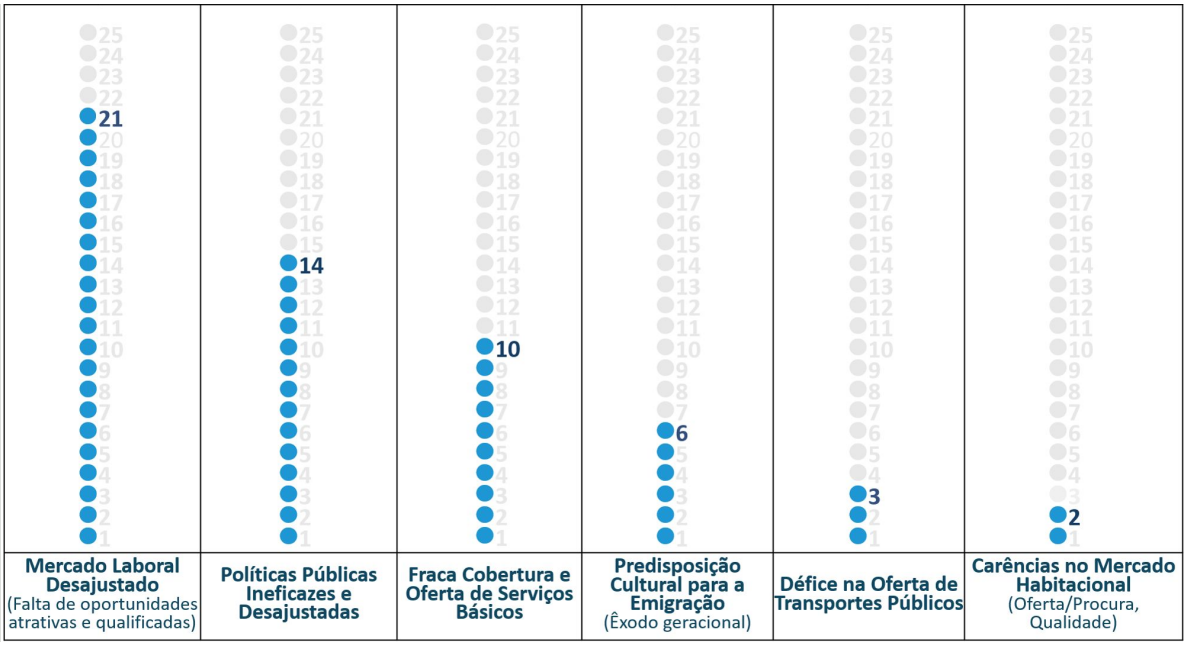
- Demografia e fatores de despovoamento
- Impactos das alterações climáticas na região
- Energias renováveis
- Áreas classificadas e/ou protegidas
- Comunicação e transição digital
- Cultura e património histórico
- Cooperação transfronteiriça com Espanha
- Principais forças e fraquezas, ameaças e oportunidades das Terras de Trás-os-Montes (SWOT)
- ODS adotados como prioritários

Demografia e fatores de despovoamento

Na reflexão promovida sobre os principais fatores responsáveis pelo despovoamento das Terras de Trás-os-Montes, os participantes identificaram e votaram nos que consideram mais relevantes (***Figura 5***).

Nas quatro mesas de discussão, os participantes sublinharam o impacto de um **mercado laboral desajustado,** elencando a sua falta de dinamismo e de oportunidades de emprego atrativas e qualificadas. Seguidamente, assinalaram **políticas públicas ineficazes e desajustadas**, afirmando que existe uma ausência generalizada de medidas que fortaleçam a competitividade, atratividade e diferenciação territorial, e defendendo a importância de mecanismos de auscultação e de tomada de decisão descentralizada. Seguidamente, os participantes elencaram, enquanto fator de despovoamento, a **fraca cobertura, acessibilidade e oferta de serviços básicos** na sub-região, que afeta principalmente as áreas da saúde e da educação.

Figura 5 – *Os fatores mais importantes para o despovoamento das Terras de Trás-os-Montes (total das 4 mesas)*



No entanto, os participantes reconheceram que existe **uma predisposição cultural para a emigração** que contribui para a manutenção do fenómeno do êxodo geracional. Por último, sublinharam o **défice na oferta de transportes públicos** (ligações e frequência), particularmente devido à falta de ferrovia, bem como as **carências do mercado habitacional**, decorrentes quer do desalinhamento entre oferta e procura, quer das condições do parque habitacional que carece de renovação e eficiência energética.

Elencados os principais fatores de despovoamento, como é que se podem atrair e fixar residentes e jovens neste território? O **emprego qualificado, estável e com possibilidades de progressão**, é apontado como um dos fatores mais determinantes, a par da existência de **habitação acessível e serviços públicos de qualidade**, **boas acessibilidades e transportes**, **cuidados de saúde, escolas e creches**. É igualmente importante **apoiar a instalação e o crescimento de empresas**, **incentivar o empreendedorismo** e **promover a descentralização e deslocalização de serviços e atividades para o interior do país**. Como sintetizou um dos participantes, "*eu estou onde tenho emprego e as condições necessárias para viver e constituir família*".

A habitação assume, neste contexto, uma importância particular. A dificuldade de acesso ao arrendamento e à compra de casa, a subida dos preços, a existência de imóveis devolutos ou em ruínas, são identificados como obstáculos à instalação de novos residentes. Os intervenientes defendem, por isso, o **reforço da oferta de habitação a preços acessíveis, a recuperação e reutilização do património habitacional existente e a criação de mecanismos que facilitem o acesso à terra**. A par destas medidas, consideram necessária uma **maior equidade nas políticas fiscais e financeiras, com incentivos diferenciados para as regiões do interior e para empresas e projetos que aí se instalem**. Como foi referido, "*é preciso haver uma majoração positiva*", reconhecendo os custos e constrangimentos específicos associados à interioridade.

Outro eixo central é a necessidade de **melhorar a imagem e a valorização do território**, contrariando uma perceção cultural profundamente enraizada de que "*o melhor é sair*". Na perspetiva dos participantes, "*não sabemos vender nem valorizar o nosso território*", sendo necessária "*uma campanha fortíssima*" que **comunique de forma mais positiva e coordenada as vantagens de viver no interior**. Entre estas destacam-se a qualidade de vida, a tranquilidade, a natureza, a proximidade entre as pessoas, e um custo de habitação, mesmo assim, mais acessível do que nos grandes centros urbanos. A região deve também saber afirmar a sua **proximidade a centros urbanos e a Espanha**, bem como aproveitar as oportunidades proporcionadas pela **conectividade digital e pelo trabalho remoto**, tornando possível que profissionais e famílias escolham **viver no território sem depender exclusivamente do mercado de emprego local**.

A fixação de jovens depende, assim, da **capacidade de criar condições para a conciliação entre vida profissional e familiar, e de garantir uma verdadeira rede de serviços de proximidade**: creches, escolas, transportes e cuidados de saúde. Quando fecham escolas e outros equipamentos, "*isso leva a que as pessoas saiam e não regressem mais*". Neste sentido, são defendidas **políticas públicas mais orientadas para as necessidades locais, com foco nas famílias**, incluindo soluções flexíveis de apoio à parentalidade e melhores condições para que os jovens possam ter filhos e permanecer na região. É também importante **reforçar a dimensão cultural, desportiva e social,** criando **espaços de encontro e uma "*escala de sociabilidade*" capaz de responder às expectativas dos jovens**.

Por fim, é considerada essencial uma **estratégia de valorização das competências e dos recursos humanos existentes**, criando oportunidades para que os jovens que estudam ou trabalham na sub-região possam permanecer e para que aqueles que partiram possam regressar. Os participantes consideram que **a educação e a formação profissional devem estar mais articuladas com as necessidades e especificidades do território**, incluindo áreas técnicas e profissões manuais e tradicionais, de forma a criar simultaneamente condições que atraiam novos perfis profissionais e políticas de imigração orientadas para as necessidades concretas das Terras de Trás-os-Montes.

Em síntese, nesta reflexão, sublinhou-se que a fixação de jovens não se resolve com uma medida isolada, mas **exige uma abordagem integrada** que combine emprego qualificado, habitação acessível, serviços públicos, mobilidade, apoio às famílias, conectividade, vida comunitária e valorização do território. O objetivo será criar as condições para que seja possível **estudar, trabalhar, viver e construir uma vida social e familiar**, garantindo que os jovens não apenas regressem, mas escolham efetivamente ficar e construir o seu futuro neste território.

Impactos das Alterações Climáticas nas Terras de Trás-os-Montes

Entre os principais impactos das alterações climáticas (***Figura 6***), os participantes destacaram sobretudo as **dificuldades na agricultura,** os **incêndios florestais** e a **escassez hídrica**. Seguem-se os impactos das alterações climáticas que resultam na **perda de biodiversidade**, e ainda com significativa expressão, os **impactos na saúde, a desertificação e erosão dos solos**. Por último, com menos registos, surgem os **impactos dos fenómenos extremos nas infraestruturas** e os **sentimentos de insegurança** derivados da imprevisibilidade induzida pelas alterações climáticas.

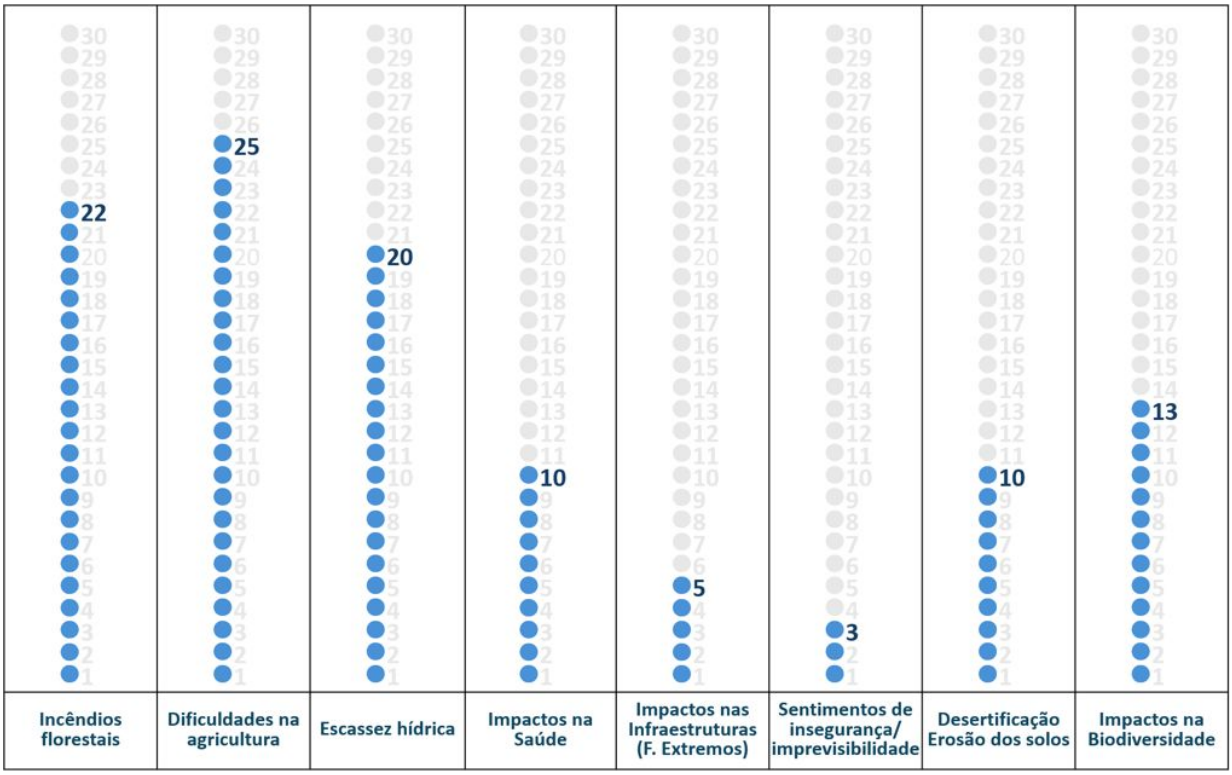


Figura 6 – *Principais Impactos das Alterações Climáticas nas Terras de Trás-os-Montes (total das 4 mesas)*

Por sua vez, na opinião dos intervenientes, **a adaptação às alterações climáticas exige uma abordagem integrada**. A **gestão eficiente e sustentável da água** é considerada uma das medidas mais urgentes, através da redução das perdas nas redes, melhoria da monitorização e manutenção das infraestruturas, reforço da capacidade de armazenamento e regadio, e como tal, uma utilização mais racional deste recurso. Ao mesmo tempo, os intervenientes defendem a **recuperação de galerias ripícolas, cabeceiras de rios e outros sistemas naturais de retenção e circulação da água**, alertando que "se não restabelecermos os processos ecológicos, a água vai continuar a faltar".

Por outro lado, consideram urgente **adaptar as culturas agrícolas às novas circunstâncias climáticas**, marcadas pelo aumento de frequência de secas e de temperaturas elevadas, e maior irregularidade da precipitação, promovendo variedades e espécies mais resilientes, diversificando a produção e reforçando o conhecimento técnico e a inovação. Na floresta, são apontadas como prioritárias **a prevenção de incêndios e a plantação de espécies mais bem-adaptadas à realidade climática**.

A adaptação deve ainda abranger os espaços urbanos, os edifícios e as condições de vida das populações. Os participantes defendem **mais arborização em cidades, vilas e aldeias**, privilegiando espécies autóctones e com menores necessidades de água, **a criação de zonas de sombra e conforto térmico e a redução da impermeabilização dos espaços públicos**. Nas habitações, sobretudo nas construções mais antigas, são consideradas necessárias **intervenções ao nível do isolamento térmico e da eficiência energética**.

Paralelamente, os participantes consideram fundamental **reforçar a educação ambiental e a literacia climática**, envolvendo escolas, crianças, jovens, população idosa e comunidades locais, e **criando técnicos e mediadores de proximidade** capazes de traduzir as políticas de adaptação em ações concretas. **A preparação das populações é, assim, entendida como uma componente essencial da resiliência**, permitindo antecipar riscos e responder melhor a fenómenos extremos.

Energias renováveis

Solicitou-se aos participantes que avaliassem o estado atual das energias renováveis nas Terras de Trás-os-Montes e potenciais caminhos futuros. É consensual que **a sub-região já assume um papel relevante na produção de energias renováveis, nomeadamente através da energia hídrica, eólica e solar**. No entanto, a expansão das renováveis tem sido acompanhada por **reservas e críticas quanto ao modelo de desenvolvimento adotado**. A instalação de grandes parques eólicos e fotovoltaicos, sobretudo em áreas serranas, agrícolas ou de elevado valor natural, é vista como suscetível de provocar impactos na paisagem, na biodiversidade e na conectividade ecológica. É também criticado o facto de **os benefícios económicos nem sempre permanecerem no território**, considerando-se que estes projetos "*não vão fixar pessoas*", nem necessariamente "*redistribuir riqueza*". **A sub-região é, assim, entendida como um "*prestador positivo de valor de energia renovável ao país*", sem que as populações beneficiem proporcionalmente desse contributo.**

Neste contexto, os intervenientes defendem uma **estratégia de transição energética mais descentralizada, incidindo em espaços já artificializados**, em vez da ocupação extensiva de terrenos agrícolas e naturais. Ou seja, privilegiando o autoconsumo (individual e coletivo) e a instalação de painéis fotovoltaicos em telhados, fachadas, armazéns, empresas, equipamentos públicos e locais como parques de estacionamento. Consideram igualmente importante explorar soluções como o **agrovoltaico** (conciliando produção de energia renovável com atividade agrícola), desde que devidamente planeado, e **valorizar a biomassa** proveniente de sobrantes agrícolas e florestais, articulando a produção de energia com a gestão da floresta, a prevenção de incêndios e a criação de emprego e valor local. A este respeito, defende-se a criação de uma verdadeira fileira da biomassa, garantindo, contudo, que a sua utilização seja sustentável e não conduza a uma exploração excessiva dos recursos florestais. A estratégia deverá ainda ser acompanhada por **políticas públicas estáveis, maior previsibilidade dos apoios e uma articulação mais eficaz** entre energia, agricultura, conservação da natureza e desenvolvimento rural.

As comunidades de energias renováveis (CER) surgem, de forma transversal, como um dos caminhos mais promissores para a sub-região, por permitirem democratizar a produção e o acesso à energia e distribuir de forma mais justa os benefícios da transição energética. Este modelo poderá ser **particularmente adequado às aldeias e pequenos aglomerados**, permitindo que municípios, freguesias, empresas e cidadãos produzam, partilhem e consumam energia localmente, aumentando a sua autonomia energética. As CER são também vistas como uma possível **resposta à pobreza energética**, sobretudo quando articuladas com a melhoria da eficiência dos edifícios e a redução das despesas das famílias. A ideia é passar de um modelo dominado por grandes produtores para **um sistema em que "*cada consumidor pode ser produtor*", garantindo que a maior parte do valor gerado permanece no território**.

Em síntese, a transição energética deverá combinar produção renovável descentralizada, comunidades energéticas, autoconsumo, biomassa sustentável e eficiência energética, assegurando simultaneamente uma maior redistribuição da riqueza e benefícios concretos para as populações, sem comprometer os solos, a floresta, a biodiversidade e a paisagem.

Áreas Classificadas

E qual a importância atribuída pelos participantes às áreas classificadas e/ou protegidas das Terras de Trás-os-Montes, e o seu papel estratégico no futuro deste território? Na opinião dos intervenientes, estas áreas constituem um **ativo estratégico fundamental para o desenvolvimento sustentável da sub-região**, pela sua importância na conservação da biodiversidade (fauna, flora, ecossistemas) e das paisagens, mas também pelo seu potencial económico, turístico e social. São vistas como uma oportunidade para valorizar produtos locais, turismo de natureza e outros recursos endógenos, contribuindo para criar emprego, gerar rendimento e fixar população. Contudo, **considera-se que este valor ainda não é suficientemente reconhecido**, ainda persistindo uma perceção das áreas protegidas sobretudo como espaços de restrições e proibições. Como foi referido, "*não podemos só pensar nos impedimentos*", sendo necessário demonstrar que é possível conciliar conservação e desenvolvimento e alcançar "*o melhor de dois mundos*".

Um dos principais desafios identificados é melhorar a **gestão e a governação das áreas protegidas**, fortalecendo a colaboração entre as entidades responsáveis, os municípios e as populações. Para os intervenientes, é necessário **reforçar os meios humanos e financeiros, simplificar e clarificar regras, melhorar a comunicação e criar mecanismos efetivos de participação**. Uma maior proximidade com as populações é particularmente importante para ultrapassar conflitos entre as comunidades e as entidades gestoras. A proteção do património natural deve ainda incluir o apoio a práticas agrícolas e florestais sustentáveis, a valorização dos produtos endógenos, o turismo de natureza e a criação de cadeias de comercialização que permitam transformar os valores naturais em **benefícios concretos para as comunidades**.

Por fim, considera-se que falta sobretudo **valorizar mais o património natural e comunicar melhor a sua importância**, através de educação e literacia ambiental, ações de sensibilização, interpretação da natureza, percursos e equipamentos adequados e maior envolvimento das populações. Os intervenientes entendem que não será necessário "*classificar mais áreas*", mas sim gerir, conservar e valorizar melhor as áreas já existentes, reforçando também a proteção de espécies e habitats específicos e a conectividade ecológica. É também fundamental mostrar às comunidades que **a conservação da natureza pode gerar valor económico e social** — por exemplo, permitindo que um produto seja valorizado por ter origem numa área protegida, como no caso do mel — e que a biodiversidade constitui um recurso e não um obstáculo.

Em síntese, falta consolidar uma estratégia de longo prazo que articule **conservação efetiva, gestão de proximidade, participação das comunidades, reforço dos recursos (humanos e financeiros) e valorização económica sustentável**, fazendo das áreas classificadas e protegidas um verdadeiro património coletivo e um fator de desenvolvimento regional.

Património histórico e cultural

Na opinião dos intervenientes, **o património cultural e histórico é um recurso fundamental para reforçar a identidade dos territórios e promover o desenvolvimento local**, devendo ser assumido de forma integrada com o património natural e com as comunidades que lhe dão vida. Este território dispõe de um património muito diversificado — incluindo tradições, saberes, música, arquitetura, paisagens e práticas comunitárias — que permanece, em muitos casos, pouco estudado ou subvalorizado. Por isso, defendem a necessidade de **investir na sua "*conservação, divulgação e promoção da visitação*"**, transformando-o num património "*vivo*", capaz de gerar novas experiências culturais, atrair visitantes, **reforçar a identidade territorial, criando emprego e fomentando a atividade económica**.

Para os participantes, mobilizar este património exige ultrapassar uma lógica de iniciativas isoladas e **apostar numa estratégia integrada**, com maior articulação entre municípios, entidades regionais e comunidades locais. Sobretudo, consideram essencial criar **estruturas com capacidade efetiva de coordenação e decisão à escala regional**, evitando que "*não andemos todos a fazer o mesmo*" e permitindo concentrar recursos, promover o território e dar maior visibilidade a um património muitas vezes disperso. Neste contexto, são valorizados eventos e iniciativas de maior dimensão e capacidade de mobilização, capazes de reunir e interpretar diferentes recursos patrimoniais, criando fluxos turísticos e culturais, e gerando retorno económico e social.

Ao mesmo tempo, os intervenientes sublinham que **a valorização do património não pode significar a sua conservação como uma realidade estática ou desligada das populações**. Recuperar práticas comunitárias, conhecimentos tradicionais e manifestações culturais, envolvendo associações, municípios e população, é essencial para garantir a sua transmissão às novas gerações e criar dinâmicas culturais e económicas. **O património deve, assim, continuar a ser vivido, reinterpretado e adaptado às transformações da sociedade, sem perder a ligação às suas raízes**.

Em suma, para os participantes uma estratégia bem-sucedida implica investir continuamente na conservação, investigação, educação, interpretação, programação cultural e promoção turística, assegurando condições para que as pessoas permaneçam ou regressem ao território, encontrando oportunidades ligadas à cultura. Só através desta **articulação entre património, comunidade e desenvolvimento económico** será possível transformar a cultura num verdadeiro instrumento de desenvolvimento local.

Comunicação e Transição digital

Na opinião dos intervenientes, **a comunicação e a transição digital são uma prioridade estratégica para as Terras de Trás-os-Montes**, consideradas essenciais para o desenvolvimento, a coesão territorial e a igualdade de oportunidades, sendo valorizadas **"*como uma infraestrutura básica, como a água e a luz*"**. Uma **conectividade de qualidade** é indispensável para combater o isolamento, melhorar o acesso à educação, ao trabalho e aos serviços, promover a inovação e atrair e fixar população, nomeadamente através do teletrabalho e da atração de 'nómadas digitais'. Contudo, **persistem "*zonas brancas e cinzentas*"**, sobretudo em aldeias e áreas rurais, onde a cobertura de internet e de redes móveis é insuficiente.

É, pois, necessário **reforçar o investimento público em infraestruturas digitais**, garantir uma cobertura de qualidade em todo o território e articular essa aposta com habitação, emprego, serviços e uma estratégia de valorização e promoção da região. Defende-se ainda **uma infraestrutura mais resiliente e menos dependente de operadores privados**, bem como a identificação de utilizações concretas que justifiquem o investimento em conectividade nas zonas de baixa densidade, como a prevenção e deteção de incêndios, a segurança e a prestação de serviços públicos.

Em suma, **a transição digital é vista como uma condição decisiva** para garantir "*as mesmas oportunidades, as mesmas opções, as mesmas escolhas*" para quem vive no interior, sendo necessário ultrapassar a lógica de que "*há poucos habitantes, logo não há investimento*" e garantir que a localização geográfica não constitua uma desvantagem no acesso às oportunidades da sociedade digital.

Cooperação transfronteiriça

Quanto à cooperação transfronteiriça, qual é o seu potencial estratégico para esta sub-região e o que falta fazer neste domínio? Os intervenientes são unânimes em considerar que a cooperação transfronteiriça com Espanha constitui um **recurso estratégico de grande potencial**, assente na proximidade geográfica, nas relações históricas e culturais e na existência de desafios comuns, como o envelhecimento, a perda de população e o enfraquecimento da atividade económica. Esta proximidade entre territórios e populações permite ainda perspetivar novos modelos de desenvolvimento dado que **a fronteira é vista como uma oportunidade** para aceder a novos mercados, partilhar recursos e conhecimento, reforçar redes (institucionais, empresariais e associativas) e desenvolver estratégias conjuntas em áreas como a economia e emprego, ambiente, mobilidade, educação, investigação, saúde, turismo, proteção civil, valorização do território e da cultura.

Apesar de avaliarem positivamente as iniciativas já existentes, os intervenientes sublinham que **a cooperação continua aquém do desejável** ao ser excessivamente dependente de projetos pontuais, de fundos comunitários e da vontade de determinadas pessoas ou responsáveis políticos. Assim, destacam a necessidade de **desenvolver uma estratégia transfronteiriça integrada e de longo prazo**, envolvendo de forma articulada municípios, entidades regionais, governos, instituições de ensino e investigação e, em particular, empresas.

Outro desafio fundamental é **melhorar as acessibilidades e a mobilidade entre os dois lados da fronteira**. A insuficiência das ligações rodoviárias e dos transportes públicos, bem como a dificuldade de circulação de pessoas, bens e serviços, limita o aproveitamento da proximidade geográfica e impede uma verdadeira integração territorial. Para os participantes, "*não há forma fácil de as pessoas se movimentarem entre dois sítios*", pelo que é essencial investir em transportes, infraestruturas e conectividade digital, criando condições para uma maior circulação, para o trabalho remoto e para o acesso partilhado a serviços.

Em síntese, os participantes defendem que **a fronteira deve deixar de ser encarada como uma periferia e passar a ser entendida como um espaço de oportunidade, integração e desenvolvimento conjunto**. A cooperação deverá, assim, evoluir para uma estratégia permanente orientada para resultados, valorizando o património natural e cultural – os bens comuns transfronteiriços –, tornando este território mais competitivo, conectado e atrativo para viver, trabalhar e investir.

ODS Prioritários nas Terras de Trás-os-Montes

Solicitou-se também aos participantes que elegessem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) cuja ação consideram prioritária para as Terras de Trás-os-Montes (***Figura 7***).

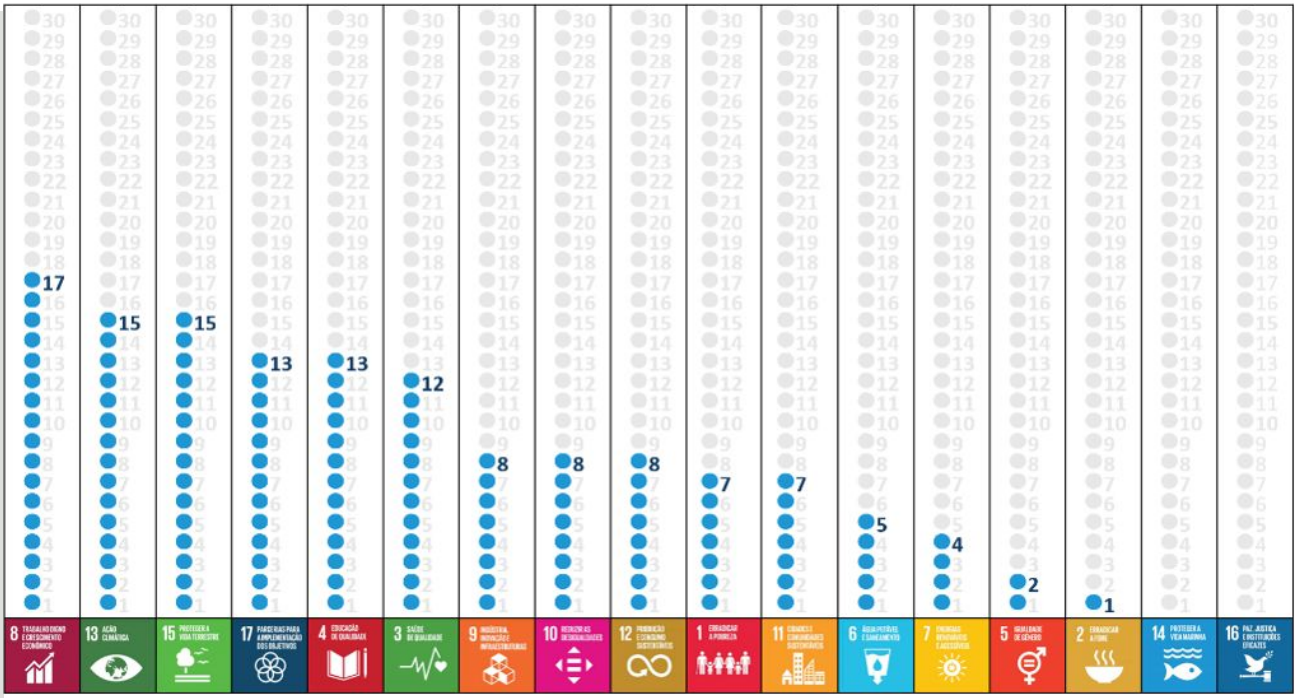


***Figura 7** – Os ODS prioritários (total das 4 mesas)*

Os cinco ODS destacados como prioritários foram os **ODS 8** – *Trabalho Digno e Crescimento Económico,* **ODS 13** – *Ação Climática,* **ODS 15** – *Proteger a Vida Terrestre,* **ODS 17** – *Parcerias para o Desenvolvimento* e o **ODS 4** – *Educação de Qualidade*.

Se compararmos estas escolhas com os resultados dos Indicadores de Referência da Plataforma ODSlocal apresentados no Diagnóstico ODSlocal das Terras de Trás-os-Montes, salientam-se algumas tendências dominantes.

Em primeira instância, a priorização atribuída pelos participantes aos **ODS 8** – *Trabalho Digno e Crescimento Económico* e **ODS 15** – *Proteger a Vida Terrestre* espelha a necessidade de investir em ODS cujo desempenho se situa a meio caminho relativamente às metas estabelecidas para 2030, com os valores respetivos de 52% e 50%. Ainda que com menor priorização, existe a noção clara da necessidade de incentivar o desenvolvimento socioeconómico na sub-região, em particular através do **ODS 9** – *Indústria, Inovação e Infraestruturas* (48%) e do **ODS 10** – *Reduzir as Desigualdades* (44%).

Por fim, os participantes também priorizaram ODS que, segundo o diagnóstico da Plataforma ODSlocal, já têm um desempenho positivo mas para os quais ambicionam uma maior ênfase.

Em particular, os participantes consideram que as Terras de Trás-os-Montes deverão fortalecer a proteção ambiental e a transição justa, objetivos expressos na priorização do **ODS 13** – *Ação Climática* (60%), assim como assegurar a melhoria dos serviços essenciais e da governança, através dos **ODS 4** – *Educação de Qualidade* (70%) e **ODS 3** – *Saúde de Qualidade* (58%) e **ODS 17** – *Parcerias para a Implementação dos Objetivos* (54%).

Forças e Fraquezas, Ameaças e Oportunidades das Terras de Trás-os-Montes

Por fim, perspetivando caminhos futuros para a sub-região, realizou-se uma análise SWOT, tendo sido solicitado aos participantes que debatessem e elegessem os principais fatores de génese endógena (Forças e Fraquezas) e exógena (Oportunidades e Ameaças), tendo em vista o desenvolvimento sustentável nas Terras de Trás-os-Montes.

Figura 8 – *Análise SWOT (total das 4 mesas)*

FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
▪ Produtos Endógenos (Diferenciados, de Qualidade)	▪ Envelhecimento Populacional	▪ Valorizar Serviços de Ecossistema e Produtos Endógenos	▪ Alterações Climáticas
▪ Património Natural e Qualidade Ambiental	▪ Desajustamento no Mercado Laboral (Qualificações, Mão de Obra)	▪ Digitalização, Deslocalização de Trabalho e Serviços	▪ Políticas Centrais Desajustadas
▪ Património Cultural	▪ Desinvestimento Privado (Falta de Empreendedorismo e Capacidade de Transformação)	▪ Cooperação Transfronteiriça	▪ Mega Centrais Solares
▪ Identidade Coletiva do Povo Transmontano	▪ Falta de Transportes Públicos Interregionais (Fraca Oferta e Falta de Ferrovia)	▪ Atratividade Turística (Nacional, Europeia)	▪ Estigmatização do Interior
▪ Qualidade de Vida	▪ Falta de Serviços Públicos (Sociais, Saúde, Comunicação)	▪ Financiamento Comunitário	▪ Instabilidade Jurídico-Administrativa
▪ Raia como Localização Estratégica	▪ Sentimento de "Ausência de Futuro" no Território	▪ Energias Renováveis e Autoconsumo	▪ Concorrência Desigual de Territórios Urbanos
▪ Capital Humano, Conhecimento e Inovação (Ensino Superior e Massa Crítica)	▪ Fraca Cooperação e Associativismo Intrarregionais	▪ Programas e Instrumentos Regionalizados	▪ Potencial Redução de Fundos Comunitários – Instabilidade e Guerra na Ucrânia
▪ Segurança	▪ Fracionamento da Propriedade Rústica	▪ Políticas Públicas de Acessibilidades e Plano Ferroviário	▪ Incêndios
▪ Setor Empresarial e Terceiro Setor			▪ Agropecuária Intensiva e Superintensiva

Entre os fatores **endógenos**, numa reflexão sobre as forças associadas a este território, os participantes destacaram, de forma unânime e expressiva, a **qualidade e diferenciação dos produtos endógenos**. De seguida, assinalaram a **singularidade do seu património natural, cultural e histórico,** bem como **da identidade coletiva do povo transmontano**, valorizando o elevado nível de **qualidade de vida e segurança** que caracteriza as Terras de Trás-os-Montes. Em igual medida, sublinharam que a raia constitui uma força pela sua **localização estratégica** e que a sub-região se destaca pela elevada qualidade do seu **capital humano e científico,** potenciado pelas suas instituições de ensino superior e de investigação.

No sentido oposto, entre as *fraquezas*, destaca-se sobretudo o **envelhecimento populacional**, sublinhando ainda com grande relevância o **desajustamento no mercado de trabalho** face às características dos recursos humanos da sub-região (qualificações e mão de obra), o **desinvestimento (público e privado)** e um **empreendedorismo incipiente**. Em igual medida, identificaram-se **carências na oferta de transportes inter-regionais** (ligações e frequência insuficientes) **e de serviços públicos.** Nomearam-se, ainda, entropias de carácter cultural que afetam o desenvolvimento e a atratividade da sub-região, nomeadamente a **perceção de que o território oferece poucas oportunidades de valorização pessoal e profissional**, aliada à **fraca cooperação e associativismo intrarregionais**. Foram também apontadas disfuncionalidades nas políticas públicas, bem como o fracionamento da propriedade rústica, identificado como uma fragilidade da gestão territorial.

Entre os fatores **exógenos,** sobressaem as *oportunidades* sinérgicas que poderão advir da **valorização de serviços do ecossistema e dos produtos endógenos**, bem como da **atratividade turística deste território**, desde que assente num modelo sustentável e evitando o turismo de massas. Com igual peso nas respostas, foram também assinaladas as oportunidades decorrentes, quer das novas possibilidades proporcionadas pela **digitalização e consequente deslocalização de trabalho e serviços**, quer de uma **maior cooperação transfronteiriça**. Para tal, os participantes destacaram a importância de mobilizar e aproveitar **linhas de financiamento comunitário** e de aumentar a rede de **energias renováveis,** particularmente de **autoconsumo** na sub-região, de forma a potenciar a sua autonomia e resiliência.

De seguida, elencaram-se medidas políticas nacionais que consideram prioritárias para potenciar o desenvolvimento das Terras de Trás-os-Montes, em particular **programas e instrumentos ajustados ao território** (defendendo-se uma maior "regionalização"), um investimento em **políticas públicas de acessibilidade**, que passam acima de tudo pela implementação de um **plano ferroviário** que reforce as ligações nacionais e transfronteiriças.

Em contraponto às oportunidades, ao elencarem as *ameaças*, os participantes priorizaram unanimemente os **impactos das alterações climáticas** nas Terras de Trás-os-Montes. Seguidamente, salientaram fatores que derivam principalmente da desvalorização política e social da sub-região, em particular **políticas de âmbito nacional desajustadas das especificidades locais**, às quais acresce a **instabilidade jurídico-administrativa e de políticas públicas**, e a **estigmatização do interior**. Enquanto ameaça foi também referida a tendência para a **expansão de mega centrais solares** na sub-região, sem a auscultação das populações e perante uma reduzida capacidade política, a nível local e regional, para condicionar ou travar a concretização destes projetos. Já com menor destaque, foram assinaladas as desigualdades territoriais, patentes na concorrência pela atração de população, investimento e atividades económicas, particularmente entre as zonas urbanas e rurais, mas também entre o litoral e o interior. Por último, foram ainda partilhadas reflexões sobre outros fatores de ameaça, nomeadamente a **potencial redução de fundos comunitários, os incêndios florestais e a expansão de modelos de agropecuária intensiva**.

Notas Finais

Do conjunto de contributos e reflexões da Sessão Prospetiva sublinham-se, por fim, algumas notas para o futuro. Existe um entendimento comum do **elevado potencial das Terras de Trás-os-Montes**, que dependerá da capacidade de construir uma **estratégia integrada de desenvolvimento** assente na **valorização crescente dos recursos endógenos, na criação de oportunidades para fixação da população e na articulação entre conhecimento, inovação, economia, ambiente e coesão territorial.**

Neste contexto, o combate ao **despovoamento surge como uma prioridade transversal** exigindo uma visão de longo prazo e políticas diferenciadas, adaptadas às especificidades e à diversidade destes territórios. **Mais do que criar incentivos pontuais à instalação de novos residentes, é necessário garantir condições concretas para estudar, trabalhar, constituir família e desenvolver um projeto de vida.** O emprego qualificado e estável, a habitação acessível, os serviços públicos de proximidade (saúde, educação, creches, entre outros) e ainda a mobilidade e oferta cultural e social, são elementos indissociáveis de uma política de fixação e atração de 'novos e velhos' residentes. A **articulação entre a oferta formativa e as necessidades específicas do território** constitui também uma condição essencial para reforçar a empregabilidade e responder aos desafios do desenvolvimento desta sub-região.

Paralelamente, é necessário desenvolver uma **estratégia de comunicação territorial coordenada, de forma a alterar a perceção negativa associada ao interior e comunicar melhor as suas vantagens,** valorizando a qualidade de vida, a tranquilidade, a natureza, a proximidade entre as pessoas. **A valorização do património cultural, histórico e natural, articulada com o turismo, deverá constituir uma componente importante do desenvolvimento**, devendo, no entanto, ser **acautelados os riscos da massificação turística.**

Para reforçar a atratividade e empregabilidade, será essencial apostar num **modelo económico diversificado, resiliente e dinâmico**. As Terras de Trás-os-Montes possuem condições para desenvolver **cadeias de valor à escala nacional, ibérica e europeia**, criando nichos de mercado associados a produtos endógenos, diferenciados e de elevada qualidade. Para tal, é crucial **melhorar as condições laborais dos setores produtivos tradicionais**, **fomentar o empreendedorismo** e **apostar na inovação e na investigação aplicada**, desenvolvendo **redes e parcerias** que conjuguem tecnologia e tradição, potenciando os conhecimentos e contributos de investigadores, produtores, empresas e sociedade civil. Transversalmente, importa fomentar uma **economia do conhecimento**, interligando a ciência com as empresas e com o território e seus recursos naturais, potenciando sinergias na identificação e resolução de problemas concretos, na modernização de processos e no aumento da competitividade económica da região. Neste âmbito, o Instituto Politécnico de Bragança assume um papel central na construção de um **ecossistema regional de inovação e na articulação entre a oferta formativa e as necessidades do território.**

Para alavancar o potencial das Terras de Trás-os-Montes, sublinhou-se ainda a necessidade de **reduzir as desigualdades territoriais**, particularmente no domínio da **mobilidade e acessibilidades**, tanto interna como externa à sub-região, considerando-se ainda a **transição e a conectividade digital como infraestruturas essenciais**, tais como a água e a luz. É urgente ultrapassar limitações que condicionam o acesso ao trabalho remoto, à educação, aos serviços e à inovação, requerendo, como tal, um investimento mais robusto e equitativo nas redes digitais. Por sua vez, no que diz respeito ao parque habitacional da sub-região, a existência de imóveis devolutos e degradados constitui simultaneamente um problema e uma oportunidade, devendo ser reforçadas as **políticas de recuperação e reutilização do património habitacional,** facilitando o acesso à habitação e à terra e combatendo a pobreza energética.

Ainda no domínio das infraestruturas e da gestão do território das Terras de Trás-os-Montes, foi consensual a **importância da transição energética seguir uma lógica de maior proximidade e de distribuição dos benefícios pelo território.** Embora reconhecendo o papel já relevante da sub-região na produção de energias renováveis, os intervenientes sublinharam a reduzida permanência dos benefícios económicos para as comunidades locais, bem como preocupações sobre os impactos paisagísticos e ambientais de projetos de larga escala, entre os quais grandes parques solares.

A aposta futura deverá, por isso, **privilegiar a produção descentralizada, fomentando o autoconsumo individual e coletivo, e a criação de comunidades energéticas**, aliada à instalação de painéis solares em edifícios públicos e espaços artificializados. Por outro lado, sublinhou-se o **potencial da biomassa sustentável** que, devidamente regulamentada, poderá contribuir para uma economia circular através do reaproveitamento de resíduos florestais e agrícolas.

A adaptação às alterações climáticas e a proteção do património natural devem igualmente estar no centro de uma estratégia integrada de desenvolvimento sustentável do território. A gestão eficiente dos recursos hídricos, a adaptação e resiliência dos sistemas agrícolas, a prevenção e mitigação dos incêndios, a gestão sustentável da floresta e a recuperação dos ecossistemas devem assumir-se como prioridades fundamentais. Em paralelo, importa reconhecer **o património natural e as áreas classificadas e protegidas como ativos estratégicos**, intrinsecamente valiosos e com capacidade para gerar valor económico e social. Concomitantemente, importa **melhorar a gestão, promover uma participação mais ativa das comunidades e consolidar modelos de governação de proximidade**. É igualmente fundamental **reforçar a valorização do património natural e promover uma comunicação mais eficaz sobre a sua importância**, apostando continuamente na educação e sensibilização ambiental, através de uma abordagem intergeracional que integre as comunidades locais e educativas, contribuindo assim para uma maior consciência coletiva e uma relação mais próxima com o território. Por outro lado, será essencial criar mecanismos que permitam **valorizar economicamente os serviços dos ecossistemas,** assegurando que os territórios que contribuem para a conservação da natureza e preservação da biodiversidade são devidamente reconhecidos e compensados pelo valor que geram para a sociedade, como é o caso das Terras de Trás-os-Montes**.**

O reforço da cooperação e da capacidade de planeamento à escala sub-regional constitui um fator determinante **para o desenvolvimento sustentável deste território**, exigindo uma maior e melhor articulação entre municípios, instituições de ensino e investigação, empresas, organizações da sociedade civil e comunidades locais. No plano transfronteiriço, a proximidade com Espanha deve ser encarada como uma **oportunidade estratégica**, evoluindo de uma lógica assente em projetos pontuais para uma cooperação estruturada, permanente e de longo prazo, com particular incidência em áreas como o ambiente, a mobilidade, a saúde, a cultura, a economia e a proteção civil.

Em síntese, o futuro da sub-região dependerá da capacidade de transformar os seus recursos — ambientais, culturais, agrícolas, energéticos e humanos — em valor efetivamente potenciado e reconhecido, criando condições para que as pessoas possam permanecer, regressar ou escolher viver e trabalhar nas Terras de Trás-os-Montes. **Para o efeito, será essencial articular conhecimento e inovação, iniciativa empresarial e associativa, bem como reforçar a governança local e regional, orientando as políticas públicas para a promoção de um desenvolvimento sustentável, assente na coesão territorial, nos valores naturais e na melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.**

local

Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A ODSlocal - Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é uma iniciativa que visa mobilizar os municípios e outras entidades relevantes para a concretização, ao nível local, da Agenda 2030 das Nações Unidas. Integra ações de capacitação local e um portal online dinâmico que permite visualizar e acompanhar os progressos e contributos de cada município em relação aos ODS.

Mobiliza para os ODS
Envolve decisores políticos e técnicos municipais

Contribui para visões do futuro
Define metas, indicadores e estratégias de ação

Monitoriza e cria indicadores
Garante robustez científica e orientações da ONU

Mapeia Boas Práticas e Projetos
Identifica projetos e práticas em prol dos ODS

Estimula parcerias e ação para os ODS
Potencia a colaboração intra e intermunicipal

Valoriza e divulga a Agenda 2030
Destaca sucessos e contribui para sua replicação

*ODSlocal em Números**

146	165	6 267	2 244	240 981
Municípios aderentes	Indicadores de Referência	Boas Práticas Municipais	Projetos locais	Visitantes únicos

A Plataforma ODSlocal assenta numa parceria entre quatro entidades especializadas em sustentabilidade:

CNADS
Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Coordena o Projeto ODSlocal e contribui para a constituição de parcerias e projeção pública da Plataforma ODSlocal.

ICS-ULisboa
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Coordena os Indicadores de Referência, a divulgação da Plataforma para públicos diversificados, a dinamização de Sessões Prospetivas em territórios fronteiriços e co-coordena os Laboratórios Dinâmicos.

MARE
Centro de Ciências do Mar e do Ambiente

Atua na área da Governança e Literacia, com a co-coordenação dos Laboratórios Dinâmicos e a coordenação à escala local dos Laboratórios de Sustentabilidade e da exposição itinerante "ODS em Movimento".

2adapt
Serviços de Adaptação Climática

Responsável pela conceção e desenvolvimento do Portal ODSlocal; indicadores baseados em Sistemas de Observação da Terra, infografias, interoperabilidade entre portais e apoio aos municípios.

Saiba mais sobre a adesão em https://odslocal.pt/como-aderir

Visite-nos
www.odslocal.pt

Contacte-nos
info@odslocal.pt

Sessão Prospetiva das Terras de Trás-os-Montes

Sumário Executivo

2026

Schmidt, L., Guerra, J. (Coord.), Travassos, D., Prata, L.

Como citar:
Travassos, D., Prata, L. (2026). *Sumário Executivo. Sessão Prospetiva das Terras de Trás-os-Montes* (Coord. Schmidt, L., Guerra, J.). ODSlocal - Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Mais Informação:
A Sessão Prospetiva das Terras de Trás-os-Montes foi organizada pelo ICS-ULisboa, que integra a Plataforma ODSlocal, em colaboração com o Instituto Politécnico de Bragança, com o apoio da Câmara Municipal de Bragança e da CIM-TTM – *Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes*.

Um especial agradecimento à Ana Gonçalves pela sua colaboração na realização desta Sessão Prospetiva e pelo seu contributo como membro da equipa de moderação das mesas de debate e reflexão do «*Fórum de Discussão sobre as Terras de Trás-os-Montes*».

O vídeo produzido para a divulgação da Sessão Prospetiva encontra-se disponível na página Youtube da Plataforma ODSlocal, no seguinte link: https://youtu.be/gz_1JgsSxAY

Edição e Pós-produção de imagem e som realizada por:
IOOA – FILMMAKING, UNIPESSOAL LDA
Miguel Cardoso Faria

Parceiros

CNADS

ICS Instituto de Ciências Sociais

U Lisboa Universidade de Lisboa

MARE

NOVA School of Science & Technology

2adapt

Mecenas

BPI

Fundação "la Caixa"